



1290000666



IE

TCC/UNICAMP D18d



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

DESEMPREGO E INFLAÇÃO NO BRASIL NOS ANOS 90

Francisco Rodrigues Damasceno 950700

Orientador: Márcio Pochmann

TCC/UNICAMP
D18d
IE/666

CEBOCIE

SUMÁRIO

Agradecimentos	3
Apresentação	4
Capítulo1 – Plano Collor e Plano Real: uma visão geral	
1.1 Introdução	6
1.2 Plano Collor e seus desmembramentos	6
1.3 Plano Real.....	14
Capítulo 2 – Relações empíricas entre desemprego e inflação	
1.1 Introdução	22
1.2 A Curva de Phillips e a economia brasileira	22
Capítulo 3 – O Plano Cruzado e seus efeitos	
1.1 Introdução	44
1.2 Plano Cruzado	44
Conclusões finais	55
Bibliografia	58

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço aos meus pais que me forneceram todos os subsídios para que prosseguisse na universidade. Sou grato a todos os meus amigos que me suportaram durante todo o curso, em especial ao Jean , à Kely e ao Gustavo que me ajudaram diretamente na execução desta monografia.

Ao orientador Márcio Pochmann que dispendeu parte de seu tempo para me ajudar neste trabalho e aos secretários do CESIT, Ana e Licério, que sempre me atenderam com simpatia e disposição toda vez que necessário.

Devo agradecer também à equipe da biblioteca (Célia, Lourdes, Adílson, Ademir, Dora, Almira e Fabiana) que nunca estavam de mau humor e sempre agüentaram as minhas brincadeiras, e ao SPD cujo pessoal sempre me auxiliou com prestatividade toda vez que acontecia alguma complicação com o disquete ou com o próprio microcomputador, além é claro, de liberar todas as impressões necessárias.

Não poderia me esquecer de agradecer, é claro, a Phillips, pois sem o seu estudo não haveria o porque desta monografia.

APRESENTAÇÃO

A presente monografia tratará da questão da relação desemprego e inflação na economia brasileira no decorrer da década de 90. Tratar-se-á de um estudo da aplicabilidade da Curva de Phillips no referido período.

O primeiro capítulo trata da discussão acerca de como foram feitos os planos de estabilização pelos quais a economia brasileira passou durante os anos 90. São eles: o Plano Collor e o Plano Real. Ambos tiveram impactos no nível de emprego, embora tenham resolvido o problema da inflação (o Plano Collor só o resolveu temporariamente dado que constantemente necessitava de reajustes como foi o caso de sua segunda edição conhecida como Plano Collor II, embora tenha fracassado).

O desemprego decorrente, em ambos os planos, é consequência das medidas macroeconômicas utilizadas como instrumentos de combate à inflação. O Plano Collor através do confisco dos ativos financeiros casou o decréscimo do nível de atividade agravando o problema do desemprego, além do que em alguns momentos foi adotada explicitamente uma estratégia recessiva e de arrocho salarial para combater a elevação da taxa de inflação. O Plano Real alicerçado na aceleração da abertura comercial, com taxa cambial valorizada e altas taxas de juros também possuem impactos negativos no nível de emprego, dado que a abertura comercial desenfreada pode levar a desindustrialização e perda de postos de trabalho, a taxa cambial valorizada deteriora a balança comercial piorando as condições de exportação, de forma a também se perder empregos neste setor e, por último, as altas taxas de juros que inibem o investimento e atraem somente o capital externo especulativo.

O segundo capítulo estudará as seguintes relações econométricas:

- a) entre inflação e desemprego;
- b) índice de rendimento médio real dos assalariados e desemprego;

c) inflação e índice de rendimento médio real dos assalariados.

O objetivo é verificar se, realmente houve a obrigatoriedade entre se optar entre menor inflação às custas de maior desemprego, ou seja, constatar se a derivação da Curva de Phillips que relaciona inversamente inflação e desemprego pode ser constatada na economia brasileira durante a década de 90. O índice inflacionário usado para a elaboração deste estudo foi o IGP – DI da Fundação Getúlio Vargas, por se acreditar que pelo fato de ser um índice geral de preços deve possuir maior precisão; quanto ao índice do desemprego, o adotado foi a PME (Pesquisa Mensal de Emprego) do IBGE, pois embora possua muitas falhas em sua metodologia de cálculo (não discutir-se-á estes problemas ao longo desta monografia, dado que este não é o objetivo da mesma), é considerado um cálculo oficial da economia brasileira.

O terceiro discutirá e fará uma comparação entre o Plano Cruzado e o Plano Real. O primeiro demonstra queda da inflação e impactos positivos no mercado de trabalho com aumento do nível de emprego e dos salários reais. O segundo, embora tenha ocorrido a elevação dos salários reais, não se observa aumento do nível de emprego, muito pelo contrário, o que se nota é a elevação da taxa de desemprego.

Por último ter-se-á as conclusões finais após o estudo dos três planos de estabilização e dos testes econométricos. O intuito é analisar que o instrumental macroeconômico utilizado para o combate à inflação é que é responsável pelo aumento (Plano Collor e Plano Real) ou decréscimo do desemprego (Plano Cruzado).

CAPÍTULO 1

PLANO COLLOR E PLANO REAL: UMA VISÃO GERAL

1.1 INTRODUÇÃO

Durante a década de 90, observou-se até o presente momento, dois marcantes planos de estabilização: o Plano Collor e o Plano Real. Ambos visavam em sua essência o combate a inflação, mas segundo seus mentores também por possuíam o objetivo de impulsionar a nação brasileira para a modernidade.

Ver-se-á que ambos possuíam impactos no nível de emprego, dado os instrumentos utilizados. O presente capítulo tratará desta discussão acerca de como foram feitos ambos os planos e como tiveram impactos no nível de emprego. Será possível notar que, embora tenham recorrido a instrumentos diferentes para a sua execução, ambos aumentaram o desemprego na economia brasileira.

1.2 PLANO COLLOR E SEUS DESMEMBRAMENTOS

Após um longo período no qual as eleições se davam de maneira indireta, em 1989, os brasileiros puderam eleger o seu Presidente da República. Foi eleito em segundo turno Fernando Collor de Melo, candidato do então partido PRN. O presidente eleito assumiu seu mandato em março do ano seguinte (1990) e uma de suas primeiras atitudes foi um plano de estabilização dado que a inflação atingira valores absurdos. O primeiro trimestre foi marcado por instabilidade e pela possibilidade de um processo inflacionário.¹

¹ A inflação possuiu trajetória ascendente deste maio de 1989 quando atingiu o patamar de 13,26% sendo mais que o dobro do observado no mês anterior (5,36%). Em dezembro, a inflação já era da ordem de 53,55%, de forma que em março (mês que o presidente eleito Fernando Collor de Mello tomou posse) já ultrapassava os 70%.

O plano, cujo nome oficial era Plano Brasil Novo foi lançado no dia 16/03/90 (um dia após a posse do novo presidente) ficou conhecido como Plano Collor. Ele se firmava em quatro pilares: reforma monetária, ajuste fiscal, política de rendas e reforma do comércio exterior. A equipe econômica partiu da crença de que o problema central da economia brasileira estava na crise fiscal do Estado, o que segundo Bresser Pereira (1991) diz ser um diagnóstico correto:

"A nova equipe econômica partiu de um diagnóstico correto de que o problema central da economia brasileira consistia na crise fiscal do Estado. Essa crise, definida pela incapacidade do Estado de se financiar a não inflacionariamente, está na base da estagnação brasileira nos últimos dez anos e do regime hiperinflacionário que a caracteriza desde, pelo menos, 1987."(pag.:09).

Fabício Augusto de Oliveira (1991) partilha de uma opinião similar:

"Conhecido como Plano Collor, o novo programa de estabilização partiu de um diagnóstico tecnicamente correto sobre a crise inflacionária e , para combatê-la, combinou medidas de cunho heterodoxo com outras de natureza ortodoxa..."(p.14 e 15).

Apesar de estar embasada nos quatro pilares citados, a política adotada tinha duas peças nucleares:

Uma se constitui pela reforma fiscal, a qual possuía o intuito de conferir maior confiabilidade às finanças públicas , além de estancar o financiamento inflacionário ao qual o governo constantemente recorria para fechar suas contas. A meta era um superávit fiscal operacional da ordem de 2% do PIB em 1990 (as estimativa anteriores eram de déficit operacional de 8% do PIB para o ano). Procurar-se-ia atingir a meta através dos seguintes métodos:

- combate a sonegação: proibição de cheques ao portador em valores superiores a US\$100 e extinção das aplicações financeiras ao portador;
- imposto de capital: 8% de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre depósitos superiores ao valor de US\$9.000;
- anúncio de fiscalização do recolhimento do Imposto de Renda (IR) sobre a atividade agrícola;

- eliminação de isenções e subsídios;
- pequeno aumento das alíquotas de IR e de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados;
- Privatizações:
 - criado o Programa de Desestatização que só decolou de fato um ano depois com a primeira venda importante, a Usiminas, no final de 1991.
 - criados os Certificados de Privatização (CP) de subscrição obrigatória pelos bancos e fundos de pensão, com receita estimada em US\$5 bilhões (porém na prática o valor foi bem menor em 1990).

Com estas medidas o governo visava sanear as suas contas procurando afetar positivamente as expectativas dos agentes econômicos.

O outro núcleo era formado pelas medidas referentes a reforma monetária. Esta partia do pressuposto de que havia excessiva liquidez presente na economia e que era decorrente da fragilidade financeira do Estado e do descolamento entre riqueza financeira e riqueza real. De certa maneira, esta tese se baseava na teoria quantitativa da moeda em que o nível de preços é dependente do nível de moeda que está presente na economia em questão.

A principal e mais marcante característica da reforma monetária foi o confisco dos ativos. A grosso modo ficariam retidas nas contas bancárias o excedente a Cr\$50.000,00, ou seja, este era o valor máximo que poderia ser retirado. Outro ponto da reforma monetária foi a mudança de moeda de cruzado novo (o mais habitual era chamá-la somente de cruzado) para cruzeiro na condição de um para um, não houve portanto, como era de praxe em outros planos, o corte de três zeros na moeda nacional.

Quanto a política salarial, tem-se que os salários de março seriam corrigidos pelo índice inflacionário do mês anterior; a concepção era de que os preços tivessem um comportamento retroativo, dado que os salários não acompanhariam a sua evolução. É evidente que tal medida foi desfavorável aos trabalhadores brasileiros, pois corroeu parte do poder de seu poder de compra.

Outro pilar do Plano Collor foi a política de rendas. Esta consistia em um congelamento de preços por tempo determinado e contava com a figura de um prefixador para preços e salários. O papel da política de rendas era apagar a memória inflacionária do sistema e servir como um instrumento de coordenação de reajustes de preços facilitando a saída do congelamento. A prefixação pressupunha, portanto, a manutenção de regras de indexação.

No campo externo, as medidas antiinflacionárias visando conjuntamente um processo de modernização foram a introdução do regime de câmbio flutuante e a proposta de liberalização das importações, de forma a submeter os grandes oligopólios brasileiros à concorrência internacional visando sua modernização e aumento de sua eficiência. Com a mudança do tipo de câmbio, retirou-se do Estado o encargo de definir a paridade cambial, deixando tal "obrigação" para o mercado, assim tanto o mercado como os formadores de preço deixaram de contar com a indexação cambial para balizarem seus ajustes, retirando-se do processo este elemento de instabilidade. Quanto às importações, as tarifas foram reduzidas com o intuito de fomentar a sua entrada visando através da competição com os produtores nacionais estimular a queda de preços e impulsionar algum tipo de modernização, dado que para se manterem "vivos", os oligopólios deveriam se modernizar para não demolirem frente a maciça entrada de produtos importados.

No curto prazo, o plano foi um sucesso quanto a inflação. Esta despencou de um patamar 80,75% no mês de março para somente 17,24% no mês de abril atingindo somente um dígito no mês seguinte (maio: 9,9%).²

Embora, no curto prazo, o resultado quanto a inflação tenha sido satisfatório, observou-se impactos marcantes no emprego. O confisco dos ativos associado à grande contração fiscal e à abertura externa contribuíram para o agravamento do desemprego.

² Os dados referentes ao índice de preços correspondem aos dados do IPC (Índice de Preços ao Consumidor) do IGP - DI Fundação Getúlio Vargas.

Apesar de tamanhas transformações na economia, os efeitos da política econômica não se fizeram sentir ao longo dos três primeiros trimestres. Nestes, os efeitos depressivos no tocante ao mercado de trabalho ainda não se faziam presentes.

Os impactos recessivos da contração creditícia e monetária decorrentes do confisco de ativos se fizeram notar no último trimestre e 1990 quando a inflação se aproximou de patamares próximos a 20%, de forma que de outubro a dezembro observou-se um decréscimo da ordem de 2,9% no nível de emprego.

O ano de 1990 foi marcado com uma das maiores retrações da atividade econômica dos últimos anos apresentando uma taxa de desemprego de 3,93% e uma redução de 4,6% sofrida pelo PIB. Este nível de desemprego significou um aumento de aproximadamente 76% em relação ao índice de desemprego do mesmo mês no ano anterior, no qual o valor observado era de 2,36%.³

A deterioração do mercado de trabalho em 1990 teve como um de seus principais componentes a queda do poder de compra dos trabalhadores. Segundo a PME - IBGE, a queda dos rendimentos médios reais foi da ordem de 31,1% entre dezembro de 1989 e de 1990 para o total da população ocupada. Segundo dados do DIEESE, o salário mínimo apresentou em 1990 um poder de compra médio dos mais baixos de toda a história, sendo 28,5% inferior a média de 1989.

A nova política salarial determinava que, no dia 15 de cada mês, a partir de abril, seria feita uma estimativa da inflação do mês corrente de modo que seria o parâmetro de reajuste do salário do mesmo mês, percentual este - garantia a equipe econômica - seria maior que o patamar inflacionário. Porém, a expectativa inicial era de que ao menos no mês inicial do Plano, a inflação fosse negativa ou ao menos nula, assim fixou-se em zero o reajuste dos salários, além do que havia o temor de que a prefixação de algum reajuste positivo desencadeasse um processo em cadeia. A divulgação da estimativa do nível de preços acima da expectativa inicial fez com que o governo abandonasse esta espécie de

³ Os dados referentes ao nível de desemprego correspondem a pesquisa feita pelo IBGE (PME - Pesquisa Mensal do Emprego/IBGE). O conceito utilizado é o desemprego aberto.

prefixação e partisse para um abandono de controle de preços, onde salários deveriam ser acordados entre patrões e empregados. Na verdade, a equipe econômica passou a argumentar que a perda do poder de compra dos salários colaboraria para o êxito do plano de estabilização, através da contenção da demanda agregada. Os sindicatos eram coniventes com tais medidas, além de assinar acordos para redução da jornada de trabalho e de salários visando menores pressões no nível de emprego.

Estas medidas, que aprofundavam ainda mais a recessão, partiram do diagnóstico de que o causador da inflação era o excesso de demanda (aproximadamente em junho quando se observa uma trajetória ascendente da inflação). Assim utilizou-se do arrocho salarial já descrito associado a política fiscal e monetária restritivas. Claro está que tais medidas contracionistas afetaram o nível de atividade. Porém, segundo o IPC do IGP - DI/ IBGE, a inflação continuou em trajetória ascendente até fevereiro de 1991 quando apresentou o patamar de 21,53%.

A inflação só retornou a cair em março de 1991 devido aos efeitos do que ficou conhecido como o Plano Collor II. Este foi editado em 31 de janeiro de 1991.

Com o Plano Collor II, a inflação caiu e permaneceu em um dígito até maio de 1991 quando era da ordem de 7,05%.

A segunda edição do Plano Collor se caracterizou pelo seguinte receituário:

- um tarifaço seguido de um congelamento de preços;
- um congelamento de salários a partir de 28 de fevereiro até junho pela média do poder aquisitivo dos últimos doze meses, sendo livre a negociação salarial daí por diante com unificação das datas base em julho;
- reajuste dos aluguéis condizente com o dos salários;
- criação da TR para corrigir cadernetas de poupança e impostos;
- criação dos Fundos de Aplicações Financeiras (FAF), em substituição ao overnight e fundos de curto prazo, assim seu objetivo era garantir fontes de financiamento para o setor público e alongar o perfil de sua dívida interna;
- um severo programa de contenção de verbas orçamentárias.

Segundo palavras de Bresser Pereira (1991) a inconsistência do Plano Collor II reside no tarifaço:

“o governo adotou o congelamento, mas sem o necessário preparo. O tarifaço é sua principal inconsistência. Aumentar o petróleo em 46,8 por cento, a energia elétrica em 59,5% por cento, as tarifas telefônicas em 58,7% por cento e esperar que os agentes econômicos não procurem, nos meses seguintes, repassar esses aumentos de custos para preços é irrealista.” (p.60).

Com o Plano Collor II, medidas recessivas continuam sendo tomadas como é o caso do ajuste fiscal com abruptos cortes de gastos. Utilizou-se ainda de política monetária restritiva com o intuito de inibir movimentos indesejados em relação ao consumo e aos mercados especulativos.

Visando impedir o risco de uma dolarização, o governo encontrou como saída a indexação da moeda em relação a TR que foi a taxa referencial de juros.

Com tais medidas, a inflação começou a declinar tanto devido à medidas recessivas como pelo congelamento imposto pelo governo. O patamar inflacionário manteve-se em apenas um dígito de março a maio.

Frente a tais medidas, o índice de desemprego teve uma trajetória ascendente, sendo 5,41% em fevereiro, 5,89% em março, apresentou uma ligeira queda em abril - 4,76% - e voltou a subir em maio - 5,7%.

Em maio, houve uma troca de ministros, de forma que Zélia Cardoso de Mello deixa o ministério e dá lugar a Marcílio Marques Moreira. Inicialmente, este adotou uma estratégia na qual o cerne era a liberalização de preços. É claro que tal forma levou a uma aceleração inflacionária atingindo o patamar de 25,36% em novembro de 1991.

Após um período conturbado, no qual a liberalização de preços levou a ascensão da inflação, a partir de agosto, Marcílio Marques Moreira deu preferência ao uso de uma estratégia recessiva de combate à inflação ao mesmo tempo em que contava com um cenário externo favorável. Após ligeiras quedas na taxa de desemprego em junho e julho (4,86 e 3,82% respectivamente), a estratégia de Marcílio já é visível no mês seguinte quando o desemprego atinge o

nível de 4,03% de forma que cresce até o final do ano quando já é da ordem de 4,45% em novembro e 4,15% em dezembro.

Além de adotar uma estratégia recessiva como forma de combate a inflação, contou ao mesmo tempo com um contexto externo favorável devido às expectativas de fechamento de acordo com o FMI e com credores privados externos, de forma a reverter expectativas desfavoráveis no longo prazo. Adota um estilo de relacionamento mais cordial para com empresários e outros setores da sociedade, não aos choques e continuidade de política monetária e fiscal restritiva e juros altos.

O tripé política monetária e fiscal restritivas e juros altos impactos negativamente o nível de emprego. Todas as três reduzem o nível de atividade, de forma que as duas primeiras reduzem o consumo e a última encarece o investimento.

O movimento crescente da inflação casou o descolamento da TR frente a inflação, de modo que a taxa de câmbio que era atrelada a TR começou a valorizar desde junho impondo perdas ao setor exportador e indiretamente contribuindo para o crescimento do nível de desemprego. Há início de especulação contra o câmbio; as autoridades econômicas sinalizaram que entregariam o ajuste do câmbio ao mercado, o que casou maiores especulações.

Após todo este período conturbado, a política econômica reafirmou-se ortodoxa, abandonando qualquer possibilidade de congelamento aprofundando ainda mais a liberalização de preços e juros altos para conter ímpetus especulativos, de forma que a entrada de dólares contribuiu para o afastamento de uma crise cambial.

A inflação no decorrer do ano de 1992 oscilou no patamar dos 20%. O nível de desemprego continuou a crescer, de forma a ultrapassar a casa dos 6% em alguns meses, sendo as taxas mais elevada observadas até então.

O agravamento do desemprego é decorrente do retorno de ajustes recessivos e juros altos. O ano em questão é marcado por profunda instabilidade, já que o presidente em exercício, o qual fora eleito em segundo turno em

dezembro de 1989 - Fernando Collor de Mello - corria o risco de sofrer impeachment como de fato ocorreu. Tal contexto inibia qualquer tipo de investimento, principalmente os estrangeiros de forma a afetar o nível de atividade da economia brasileira.

Collor sofreu o impeachment em setembro daquele ano, sendo condenado a oito anos sem direito a se candidatar a qualquer cargo político. Assumiu então o Vice-Presidente, Itamar Franco, o qual permaneceu no cargo até o fim do mandato em dezembro de 1994, de forma que seu sucessor - Fernando Henrique Cardoso - assumiu em 1º de janeiro de 1995.

1.3 PLANO REAL

Em maio de 1993, Fernando Henrique Cardoso (FHC) toma posse como Ministro da Fazenda. A inflação estava na ordem de 30% de aceleração lenta, porém persistente. O Programa de Estabilização Econômica foi lançado em 7 de dezembro de 1993, explicitou as três fases iniciais do programa colocando o ajuste fiscal como précondição para o êxito do programa.

FHC e sua equipe econômica adotaram uma política conservadora e apresentaram o Programa de Ação Imediata com ênfase total no ajuste de contas públicas onde seus desequilíbrios eram apresentados como a causa fundamental da inflação crônica brasileira. O argumento era de que no Brasil ocorria o efeito Oliveira Tangi às avessas, ou seja, quando a inflação cai, o déficit público aumenta, dado que os impostos são protegidos contra a inflação porém as despesas são determinadas em termos nominais. Assim, a arrecadação diminui e a despesa aumenta; a inflação é encarada então como um financiador do Estado, logo quando ela fosse extinta, o Estado deveria estar equilibrado já que perderia uma de suas fontes de financiamento.

Inicialmente, as metas de FHC eram cortes no orçamento, renegociação da dívida externa, reorganização do relacionamento contábil entre Banco Central (Bacon) e Tesouro Nacional.

Enquanto a inflação permanecesse elevada, o déficit nominal permaneceria elevado dado que inclui o pagamento de juros nominais (juros reais somados a inflação) mesmo que o déficit operacional estivesse sob controle (o déficit operacional inclui o pagamento de juros reais, ou seja, os juros nominais descontados a inflação, é portanto a análise real da dívida pública). Déficit nominal elevado seria sinônimo de expansão monetária para ajustar o setor público, o que desencadeia o processo inflacionário. Portanto, a questão era mais monetária do que fiscal.

O governo opta por fazer um amplo programa de reforma monetária, pois não acreditavam que o congelamento sanaria o problema, além do que técnicas gradualistas de combate a inflação (controle de preços chaves), segundo a equipe econômica não funcionaria no Brasil.

O plano de estabilização teve sua origem na contemplação do ajuste fiscal. No início da gestão FHC como ministro da fazenda sinalizou-se a disposição de austeridade no terreno das contas públicas. A primeira exposição deste objetivo se refere ao Programa de Ação Imediata (PAI) cujos mecanismos eram os seguintes: corte emergencial de gastos, equacionamento da inadimplência de estados e municípios, reorganização do setor público, maior controle sobre os bancos estatais, início do saneamento dos bancos federais e reorientação do programa de privatização. Para o suposto êxito do Plano, a principal medida consistiu na criação do Fundo Social de Emergência (FSE) cujo objetivo era aumentar a arrecadação e permitir maior flexibilidade na gestão orçamentária de 1994 e 1995. A finalidade desta primeira etapa era provar que o governo era capaz de manter suas contas equilibradas sem recorrer ao financiamento inflacionário, dado que o déficit público estava, segundo a equipe econômica, no cerne da questão da inflação.

Além desta fase inicial de ajuste fiscal, o plano também possuía outros dois passos: introdução da unidade de conta - Unidade Real de Valor - (URV) para alinhar os preços relativos mais importantes da economia; e a conversão da

unidade de conta para o papel de meio de pagamento através de uma paridade com a moeda inflacionada até então utilizada.

A linha de reforma monetária foi longamente debatida pela equipe econômica, de modo que englobaria duas etapas: inicialmente se daria a troca da velha moeda inflacionada pela nova estável como unidade de valor, futuramente a unidade de conta se transformaria em meio de pagamento. Em outros termos, a concepção era de construir uma unidade de conta doméstica a qual recebeu o nome de Unidade Real de Valor (URV) mantendo a paridade de um para um frente ao dólar (1 URV = 1 dólar). O valor da URV expresso na moeda doméstica seria estabelecido pelo Bacen possuindo a inflação como parâmetro.

Todos os contratos e preços e salários seriam convertidos em URV substituindo assim os diferentes indexadores que atuavam em diferentes períodos.

A idéia inicial de conversão totalmente livre não foi possível devido a irredutibilidade dos salários nominais determinada pela Constituição; de acordo com a lei, os salários do setor privado eram reajustados pela taxa de inflação a cada quatro meses com uma correção parcial no segundo mês (se a negociação fosse livre, os trabalhadores esperariam o pico salarial no final do quadrimestre e requereriam a conversão em URV, de modo que isto se traduziria em pressão inflacionaria, já que o pico dos salários era em média 30% superior à média salarial no decorrer do quadrimestre), assim optou-se que a conversão dos salários para URV seria de acordo com a média do quadrimestre. Este tipo de regra de conversão também foi usado para aluguéis e mensalidades escolares.

Todos os contratos passaram a se beneficiar da indexação diária, de forma que a URV seria corrigida diariamente mantendo a paridade com o dólar.

A principal finalidade desta etapa era o realinhamento de preços relativos, uma vez que a existência de diferentes indexadores com diferentes prazos levava a uma grande dispersão de preços, já que enquanto alguns bens e serviços estavam sendo reajustados, outros estavam ainda em defasagem. Este descompasso entre os preços poderia levar a pressões inflacionárias na medida

em que os preços defasados procurassem ser corrigidos. Esta indexação não sincronizada fornecia o componente inercial da inflação brasileira.

Em 1º de julho de 1994, após um período de quatro meses de conversões, o Bacen passou a emitir a URV como a nova moeda que serviria de meio pagamento e que se denominou de Real. A paridade cambial foi estabelecida em $R\$1,00 = US\$1,00$ como teto superior onde o Bacen se comprometia a vender dólares toda vez que o teto fosse alcançado, porém não interviria no mercado para valores menores, de forma que tal política ficou conhecida como banda assimétrica, já que possuía um limite superior ($R\$1,00$) porém com limite inferior indefinido (que na prática provou ser aproximadamente $R\$0,83$). Como estabelecido na proposta inicial, a data de conversão foi anunciada com 30 dias de antecedência, sendo que $R\$1,00$ equivalia a CR\$2.750,00 (sendo este o valor em cruzeiros reais de uma URV no dia anterior (30/06/94)). A partir de então, todos os contratos expressos em termos reais (URV) passaram a ter seu valor fixo em termos nominais (em Reais).

Vê-se, portanto, que as principais características da reforma monetária foram:

- 1) desindexação precedida de indexação plena;
- 2) reforma monetária preanunciada;
- 3) não houve confisco de ativos;
- 4) estabilização ocorreu em contexto de economia em expansão.

Houve muita discussão acerca do período de duração da URV. Alguns economistas argumentavam que pelo fato dos salários terem sido convertidos pela e, portanto, a maior parte do trabalho já estar concluída, a URV deveria durar seis meses. Porém havia uma outra corrente que pregava que o período deveria ser encurtado e não estendido; o cerne do argumento desta linha de pensamento estava em acreditar que, passada a euforia dos trabalhadores contentados com a correção mensal de seus salários (não mais quadrimestral como era antes), ter-se-ia um período de insatisfação dado que os salários continuariam sendo recebidos em cruzeiros reais e não em URV (esta era somente uma unidade de

conta), o que causava um distanciamento entre despesas e rendimentos no sentido de que preços como aluguéis e mensalidades escolares, embora também estivessem convertidos em URV, poderiam ter prazos de vencimentos diferentes dos recebimentos dos salários, assim a inflação diária continuaria a corroer o poder de compra dos trabalhadores. O grupo que pregava o alongamento do período da URV se baseava no fato de que ainda não se observava uma estrutura política forte para a transição, de forma que a URV deveria se estender até a posse do novo governo. Por fim adotou-se o período de quatro meses.

Com base em planos de estabilização anteriores, como o Plano Cruzado cuja base foi o congelamento, os agentes com receio de que tal instrumento fosse novamente utilizado, propulsionaram uma aceleração inflacionária no final do período de URV, pois acreditavam que preços poderiam ser reduzidos caso houvesse um total desalinhamento de preços, além do que uma subida de preços em reais logo com sua introdução seria mais visível podendo induzir à resistência dos consumidores.

Dois mecanismos de defesa salarial foram criados: o primeiro diz respeito ao fato de conceder aumento salarial na data base subsequente para as categorias nas quais tivesse ocorrida perda; a perda era calculada tomando como base o salário dos quatro meses em que vigorou o URV comparando-o com a soma dos salários dos mesmos quatro meses caso ainda prevalecesse a lei anterior, observou-se que a soma em URV era superior na maioria dos casos, o que contribuiu para a prevenção de críticas quanto a possíveis perdas salariais quando da conversão em URV. O segundo mecanismo introduzia um índice oficial de preço para medir a inflação em Reais, sendo que este serviria para a correção salarial ao longo de 12 meses.

Devido a pressões de aluguéis residenciais e outros serviços, a inflação acumulada, nos dois primeiros meses, esteve na ordem de 12%.

A reforma monetária foi possível graças ao acúmulo de reservas que se deu desde 1992. O diferencial de juros nos primeiros meses do Real contribuiu para a maciça entrada de fundos estrangeiros no país, ocasionando a apreciação

da nova moeda frente ao dólar. No tocante as medidas puramente monetárias, tem-se que o governo enfatizou a restrição à capacidade de criação de crédito, estabelecendo um compulsório de 100% sobre os depósitos a vista, isto poderia propiciar a quebra de muitos bancos.

Houve aquecimento da economia pelos seguintes motivos:

- 1) com o fim da inflação, também teve fim o imposto inflacionário que corroía os salários das camadas mais baixas que não possuíam acesso a conta remunerada que protegiam o dinheiro contra a inflação; com inflação, esta camada da população procurava comprar tudo de que necessitasse no começo do mês para que o seu salário não fosse corroído, porém isto nem sempre dava certo, dado que os comerciantes ao perceberem o fomento da demanda no começo do mês, antecipavam os aumentos de preços para o mês anterior; assim o fim do imposto inflacionário contribuiu para o aumento da demanda.
- 2) a variação dos preços relativos dos ativos reais diminuiu com o fim da inflação, tornando a poupança um meio pouco atraente de investimento; tornou-se mais vantajoso, a aquisição de ativos reais (imóveis, carros, etc).
- 3) diminuição da incerteza quanto a renda real, assim o consumo também é estimulado por este fato, já que a poupança não foi mais utilizada como um meio de se precaver de tal incerteza.

A abertura econômica também foi acelerada, de forma a contribuir para a redução dos preços, além de sanar este aumento de demanda, considerando que a capacidade produtiva já estava no seu patamar máximo. A importação foi largamente beneficiada pela grande valorização da taxa cambial causada pelo diferencial de juros brasileiros frente ao mercado internacional.

Não foi usado nenhuma espécie de ajuste recessivo como ocorreu no Plano Collor em várias de suas fases. Vê-se que, o desemprego nos primeiros meses do Real, oscilou na faixa dos 5% (agosto: 5,49%; setembro: 5,05%; outubro: 4,53%; novembro: 4%; dezembro: 3,42%).

É nesta fase, em que houve aumento de demanda, que a economia brasileira foi pêga pelo efeito Tequila da economia mexicana. O Governo recorreu

então a uma minidesvalorização da ordem de aproximadamente 5%, além de elevação da taxa de juros e contenção do crédito, o que aumentou a inadimplência e causou diversas quebras de bancos. Fez-se o PROER, um programa de recuperação para evitar quebra ainda maior, de forma salvar alguns bancos.

A contenção do crédito foi a forma utilizada pelo governo para conter o aquecimento da economia. em palavras de Edmar Bacha (1997) vê-se o porque do governo estar preocupado com o nível de demanda:

“A expansão da demanda interna, associada à orientação favorável às exportações, teve duas grandes conseqüências, já no fim de 1994: um elevado grau de utilização da capacidade da indústria e uma rápida deterioração da balança comercial. O comportamento do índice de preços industriais no atacado, da Fundação Getúlio Vargas (.....) indica que a combinação entre as pressões de custo e as de demanda eram suficientemente fortes para provocar um movimento ascendente da inflação (.....).” (p.44).

Os impactos no nível de desemprego se fizeram sentir mais presente a partir de 1996 quando ele possuía patamares próximos a 6%, declinando somente a partir de julho, porém no ano seguinte, já se observa ascendência novamente.

Embora a recessão não tenha sido usada como instrumento contra a inflação, ela se faz presente de forma persistente e crescente principalmente, a partir de 1997, apresentando algumas quedas de julho em diante. Isto é decorrente da forma pela qual o processo de estabilização foi concebido. Este, tendo como base a âncora cambial, desfavoreceu o setor exportador e beneficiou o setor importador, o que casou perda de empregos pelo setor exportador.

A entrada de produtos importados fez com que as empresas brasileiras que ainda não estavam preparadas para a concorrência, se ajustassem da forma que lhes fosse menos custosa, muitas vezes com demissões. A constante taxa de juros elevada e a contenção do crédito visando o controle da demanda também se constituem em fatores de aumento do nível de desemprego, já que o investimento direto não se torna atrativo e o corte de crédito diminui o consumo que poderia,

segundo vertentes Keynesianas, aumentar a demanda por força de trabalho caso ele fosse fomentado.

O Brasil possui vulnerabilidade externa muito elevada, pois quaisquer turbulências no mercado internacional afetam negativamente a economia brasileira. O método mais usado é a elevação da taxa de juros para que os capitais externos não se mantenham no país, é claro que tal elevação através de um efeito em cadeia para a diminuição do nível de atividade no país; inicialmente porque afeta diretamente o investimento direto, sendo os empréstimos mais caros e o retorno no mercado financeiro maior; além dos investimentos, afeta também o consumo, pois com taxas de juros mais elevadas, os financiamentos também se tornam mais "caros", a ponto de diminuir a demanda.

A crise mexicana (1995) a crise asiática (1997) e a crise russa (1998) são os exemplos em que o Brasil adotou tal estratégia devido a sua grande dependência dos mercados financeiros externos. Com a crise russa, o governo aumentou a taxa de juros para 50% ao ano, a fim de impedir a saída de capitais externos, devido a uma possível desvalorização do Real.

CAPÍTULO 2

RELAÇÕES EMPÍRICAS ENTRE DESEMPREGO E INFLAÇÃO

2.1 INTRODUÇÃO

O presente capítulo tratará de um melhor esclarecimento acerca da Curva de Phillips, além de reportar a análise empiricamente para a economia brasileira no decorrer da década de 90, relacionando inflação e desemprego, além de inflação e rendimento real, e desemprego e rendimento real.- Ver-se-á que outras variáveis além do desemprego são relevantes para a explicação acerca da trajetória da inflação brasileira o que é comprovado pelos resultados dos testes econométricos.

2.2 CURVA DE PHILLIPS E A ECONOMIA BRASILEIRA

A Curva de Phillips relaciona de forma inversamente proporcional a taxa de variação salarial com a taxa de desemprego, ou seja, quanto maior o desemprego, menor seria a variação salarial. Gradualmente, a Curva de Phillips passou a ser usada para também designar uma relação entre a taxa de aumento de preços (taxa de inflação) e a taxa de desemprego.

Esta nova derivação da Curva de Phillips carrega implicitamente a concepção de que o ajuste de política econômica será optar entre diferentes taxas de inflação associadas a suas respectivas taxas de desemprego, ou melhor, dever-se-á optar entre maior taxa de inflação e menor taxa de desemprego ou o contrário, assim a questão seria optar por um conjunto de políticas de acordo com os objetivos traçados para a economia.

Alguns críticos da Curva de Phillips, como Milton Friedmann, dizem que a economia tende ao pleno emprego e que portanto o trade-off inflação-desemprego não existe. Tal questionamento se dá com base na concepção de desemprego voluntário, assim toda vez que a economia estivesse acima da taxa natural de desemprego, é observada uma redução do salário o que levaria ao fenômeno de menos pessoas ofertarem sua força de trabalho ao salário vigente, logo não se observaria desemprego. Porém a Curva de Phillips possui pressupostos Keynesianos e leva em consideração a existência de desemprego voluntário, ou seja, aquele em que o indivíduo quer trabalhar ao salário vigente porém não obtém trabalho.

O objetivo deste capítulo é observar de forma simplificada se houve uma relação direta entre desemprego e inflação na economia brasileira no decorrer da década de 90. Para isso, utilizou-se de regressões econométricas para avaliar a possibilidade de existência de tal relação.

Durante a década de 90, a economia brasileira foi assolada por dois planos de estabilização: o Plano Collor logo no começo da década e o Plano Real realizado em 1994. Ambos possuíram impactos no nível de emprego de acordo com as formas pelas quais foram concebidos. O Plano Collor se utilizou do ajuste recessivo como um instrumento de combate à inflação, além de alguns outros que indiretamente impactaram o emprego como foi o caso da abertura econômica. O Plano Real embora não tenha se utilizado diretamente de ajuste recessivo, aumentou o desemprego sendo esta elevação melhor observada a partir de 1997.

Para melhor entendimento as páginas seguintes contém os dados referentes à evolução da taxa de desemprego, da taxa de inflação e do índice de rendimento real médio dos assalariados no decorrer dos anos 90 na economia brasileira.

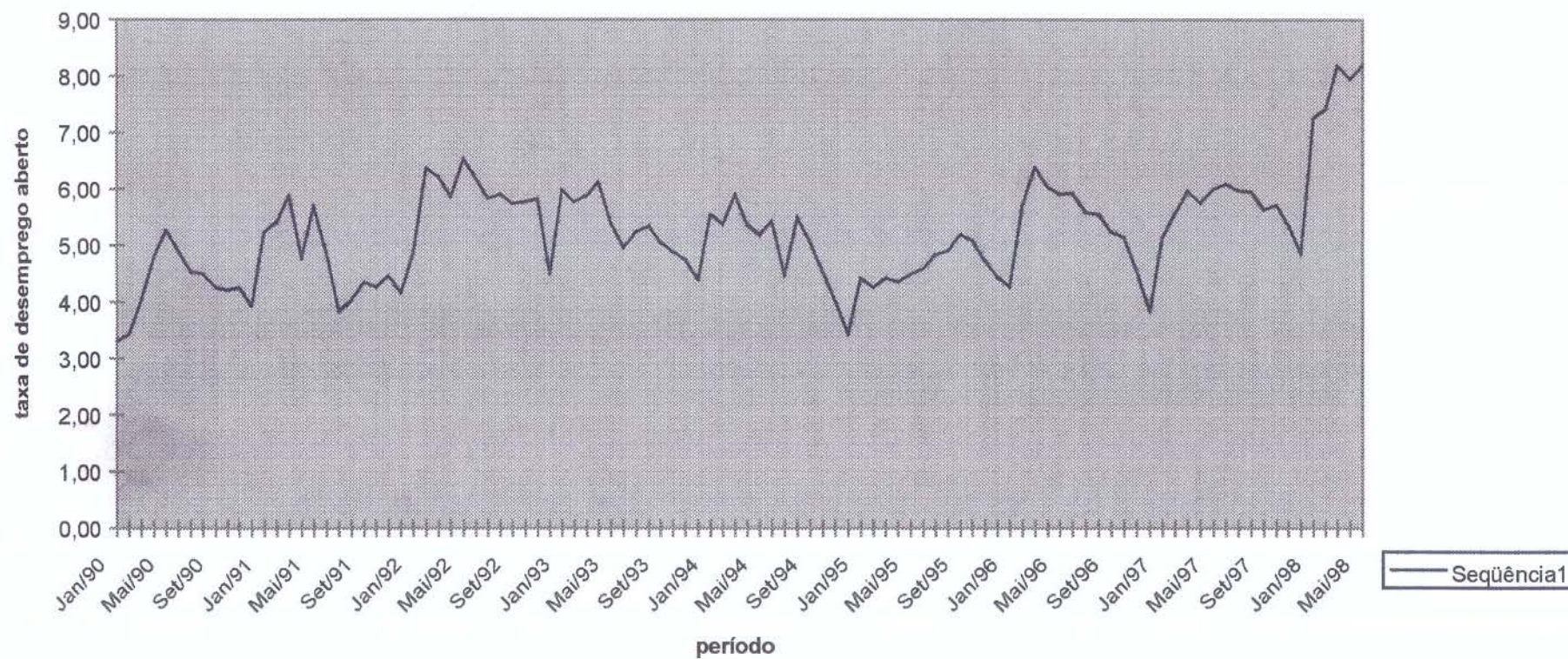
- Os dados referentes a estas variáveis foram retirados do Boletim Conjuntural do IPEA. O rendimento real se refere ao Índice de Rendimento Real Médio dos Assalariados.

Evolução da taxa de desemprego

	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro
1990	3,3	3,43	4,04	4,78	5,27	4,9	4,53	4,50	4,25	4,21	4,25	3,93
1991	5,23	5,41	5,89	4,76	5,7	4,86	3,82	4,03	4,35	4,26	4,45	4,15
1992	4,86	6,36	6,21	5,86	6,53	6,19	5,83	5,90	5,74	5,77	5,82	4,50
1993	5,99	5,77	5,88	6,12	5,39	4,95	5,23	5,33	5,05	4,89	4,74	4,39
1994	5,54	5,37	5,9	5,37	5,18	5,42	4,46	5,49	5,05	4,53	4,00	3,42
1995	4,42	4,25	4,42	4,35	4,49	4,59	4,83	4,90	5,19	5,09	4,72	4,44
1996	4,26	5,7	6,38	6,03	5,91	5,92	5,58	5,56	5,23	5,14	4,56	3,82
1997	5,14	5,55	5,97	5,75	6,00	6,09	5,97	5,95	5,63	5,71	5,35	4,84

Fonte: Boletim Conjuntural do IPEA

evolução da taxa de desemprego no Brasil nos anos 90

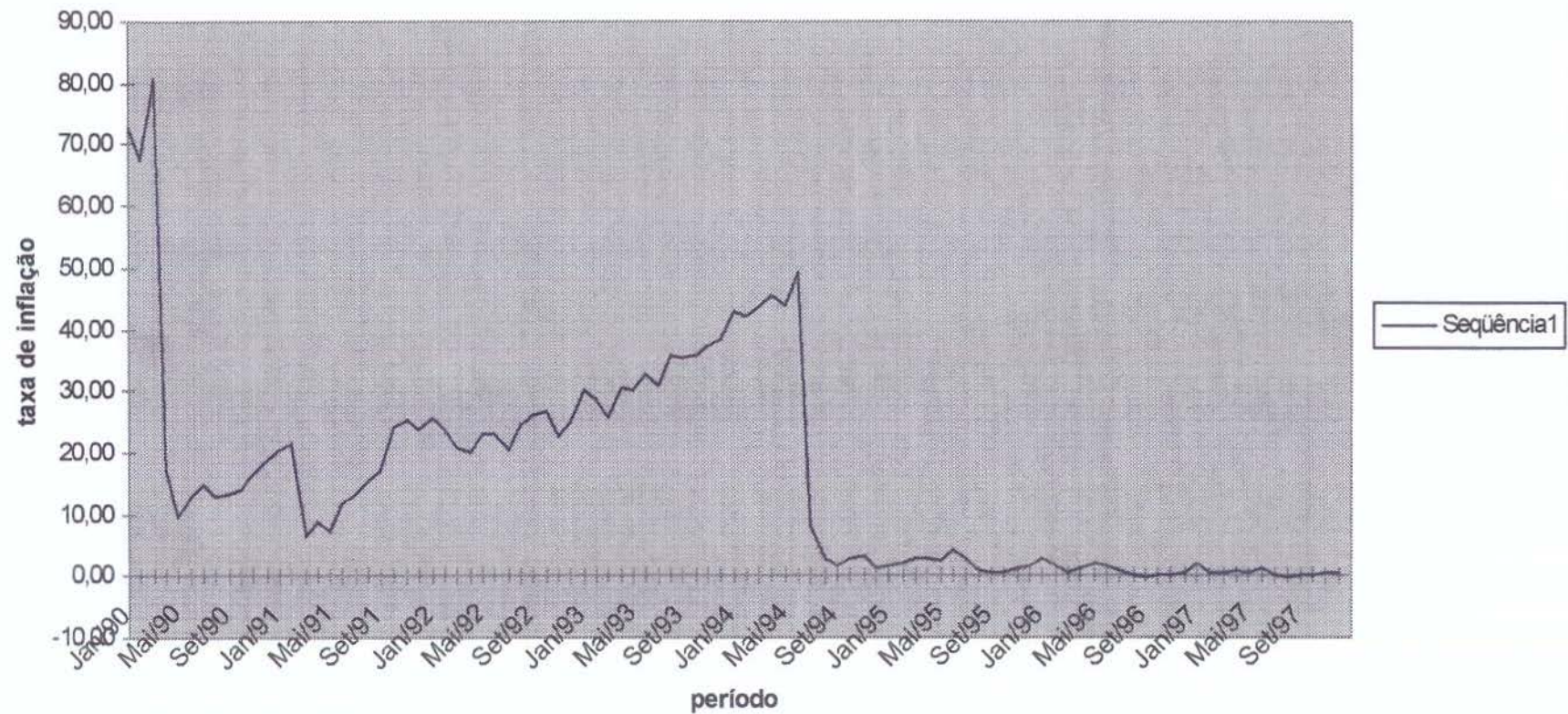


Evolução da taxa de inflação

	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro
1990	72,84	67,52	80,75	17,24	9,63	12,75	14,71	12,86	13,12	14,04	16,74	18,87
1991	20,32	21,53	6,6	8,62	7,05	11,72	13,31	15,49	16,87	24	25,36	23,8
1992	25,7	23,88	20,86	20,1	23,13	23,11	20,45	24,48	26,13	26,61	22,74	24,75
1993	30	28,41	25,71	30,46	29,94	32,82	30,74	35,69	35,48	35,75	37,32	38,26
1994	42,67	41,98	43,47	45,57	43,77	49,1	8,1	2,6	1,46	2,65	3,11	1,11
1995	1,63	1,97	2,74	2,9	2,21	4,39	2,63	0,74	0,67	0,63	1,25	1,57
1996	2,7	1,46	0,43	1,31	2,08	1,57	0,76	0,01	-0,35	0,18	0,25	0,44
1997	1,85	0,53	0,63	0,8	0,39	1,3	0,24	-0,27	0,17	0,29	0,53	0,56

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (IPC (Índice de Preços ao Consumidor) do IGP-DI)

evolução da inflação brasileira nos anos 90



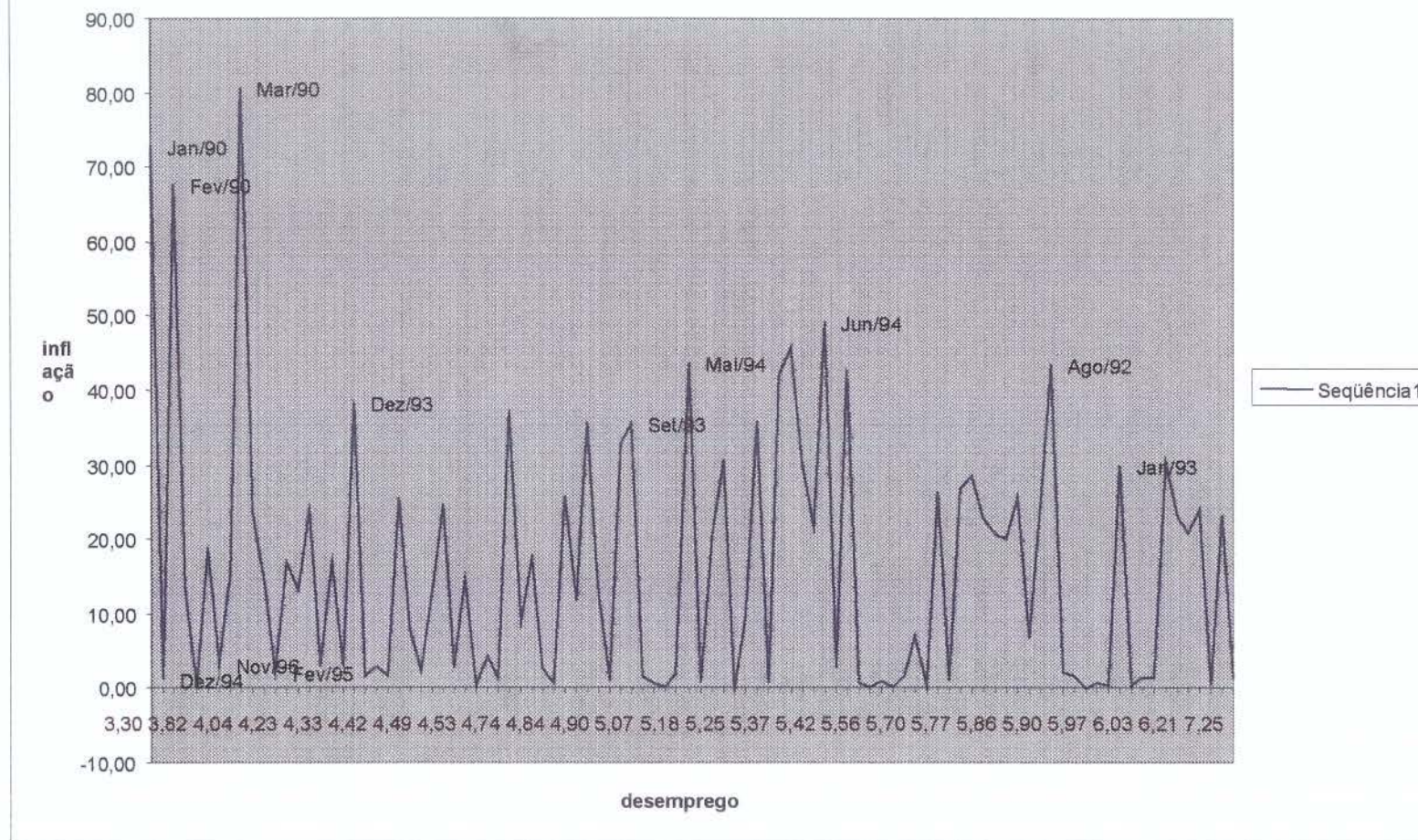
Evolução do rendimento médio real

	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro
1990	90	87,4	79,7	72,3	67,9	65,7	64,8	65,3	65,2	65,7	65,8	66,3
1991	64,2	61	57,3	58	60,9	62,4	63,4	63,7	63,8	61,50	60,1	58,5
1992	58,4	56,6	57,5	55,8	57,2	56,4	57	58,1	59,5	61,5	61,6	61,3
1993	61,8	61,6	62,4	63,3	65,9	66,9	66,7	65,8	66,3	67,5	67,2	68,4
1994	69,3	70,1	71,2	70	69,7	68,6	66,6	64,7	62,4	63,5	63,7	65,9
1995	67,4	69,8	69,3	67,9	70	70,4	71,7	70,6	71,2	71,1	69,8	69,9
1996	69,9	70,3	70	70,4	68,5	69,40	69,4	71,9	73,5	73,7	73,5	71,5
1997	71	72,1	73,2	72,4	71,5	72,90	73,6	72,8	72,7	73,1	73,4	72,4

Fonte: Boletim Conjuntural do IPEA



relação desemprego e inflação no Brasil nos anos 90



Pode-se perceber que em no decorrer desta década de 90, o formato da curva que relaciona desemprego e inflação não possui nenhuma semelhança com a Curva de Phillips que se traduziria por uma função decrescente. Nota-se que há períodos como dezembro/94, novembro/96 e fevereiro/95 em que coexiste baixa inflação com baixo nível de desemprego, e outros como junho/94, agosto/92 e janeiro/93 em que há alto desemprego coexistindo com alta inflação; ambos os casos seriam incoerentes com a Curva de Phillips.

Inicialmente ter-se-á uma explicação básica a respeito de conceitos econométricos que são relevantes para o estudo do resultado (conceitos mais abrangentes não serão tratados dado que não é este o objetivo da monografia). Tanto a regressão entre inflação e desemprego como a que foi feita entre inflação e rendimento real, contaram com uma variável dummy que se refere a quebra estrutural que houve em junho de 1994 quando a inflação caiu abruptamente. Houve queda de inflação sem se alterar drasticamente, neste mesmo período, a taxa de desemprego, o que leva a conclusão de que existem outros fatores que possuem impactos na taxa de inflação; a variável dummy tem, portanto, o papel de captar a influência de tais fatores.

O R^2 se refere a quanto das variações na variável dependente são explicadas pelas variações na variável independente, assim quanto maior ele for, mais se pode afirmar que o modelo está ajustado.

O teste F tem como intuito verificar se a possibilidade de qualquer um dos coeficientes (excluindo o intercepto) serem zero é grande, ou seja, a hipótese nula é que $b_1 = b_2 = b_3 \dots = 0$, contra a hipótese alternativa de que pelo menos um dos coeficiente seja diferente de zero. O teste t possui o mesmo intuito porém analisa cada coeficiente separadamente, ou seja, a hipótese nula é de que $b_1 = 0$ contra a hipótese alternativa de que b_1 é diferente de zero, sendo isto feito separadamente para todos os coeficientes. Tanto o f de significação quanto o valor-P nos fornecem diretamente a porcentagem a que se referem os testes descritos. Adotar-se-á o nível de significância de 10% embora também seja comum a utilização do adotar nível de 10%. Possuindo estes conhecimentos básicos poder-se-á analisar as próximas regressões.

DADOS REFERENTES AO TESTE ECONOMETRICO ENTRE INFLAÇÃO
(VARIÁVEL DEPENDENTE) E DESEMPREGO (VARIÁVEL INDEPENDENTE)

período	inflação	desemprego	dummy (inflação)
Jan/90	72,84	3,30	0
Fev/90	67,52	3,43	0
Mar/90	80,75	4,04	0
Abr/90	17,24	4,78	0
Mai/90	9,63	5,27	0
Jun/90	12,75	4,90	0
Jul/90	14,71	4,53	0
Ago/90	12,86	4,50	0
Set/90	13,12	4,25	0
Out/90	14,04	4,21	0
Nov/90	16,74	4,25	0
Dez/90	18,87	3,93	0
Jan/91	20,32	5,23	0
Fev/91	21,53	5,41	0
Mar/91	6,60	5,89	0
Abr/91	8,62	4,76	0
Mai/91	7,05	5,70	0
Jun/91	11,72	4,86	0
Jul/91	13,31	3,82	0
Ago/91	15,49	4,03	0
Set/91	16,87	4,35	0
Out/91	24,00	4,26	0
Nov/91	25,36	4,45	0
Dez/91	23,80	4,15	0
Jan/92	25,70	4,86	0
Fev/92	23,88	6,36	0
Mar/92	20,86	6,21	0
Abr/92	20,10	5,86	0
Mai/92	23,13	6,53	0
Jun/92	23,11	6,19	0
Jul/92	20,45	5,83	0
Ago/92	24,48	5,90	0
Set/92	26,13	5,74	0
Out/92	26,61	5,77	0
Nov/92	22,74	5,82	0
Dez/92	24,75	4,50	0
Jan/93	30,00	5,99	0
Fev/93	28,41	5,77	0

Mar/93	25,71	5,88	0
Abr/93	30,46	6,12	0
Mai/93	29,94	5,39	0
Jun/93	32,82	4,95	0
Jul/93	30,74	5,23	0
Ago/93	35,69	5,33	0
Set/93	35,48	5,05	0
Out/93	35,75	4,89	0
Nov/93	37,32	4,74	0
Dez/93	38,26	4,39	0
Jan/94	42,67	5,54	0
Fev/94	41,98	5,37	0
Mar/94	43,47	5,90	0
Abr/94	45,57	5,37	0
Mai/94	43,77	5,18	0
Jun/94	49,10	5,42	0
Jul/94	8,10	4,46	1
Ago/94	2,60	5,49	1
Set/94	1,46	5,05	1
Out/94	2,65	4,53	1
Nov/94	3,11	4,00	1
Dez/94	1,11	3,42	1
Jan/95	1,63	4,42	1
Fev/95	1,97	4,25	1
Mar/95	2,74	4,42	1
Abr/95	2,90	4,35	1
Mai/95	2,21	4,49	1
Jun/95	4,39	4,59	1
Jul/95	2,63	4,83	1
Ago/95	0,74	4,90	1
Set/95	0,67	5,19	1
Out/95	0,63	5,09	1
Nov/95	1,25	4,72	1
Dez/95	1,57	4,44	1
Jan/96	2,70	4,26	1
Fev/96	1,46	5,70	1
Mar/96	0,43	6,38	1
Abr/96	1,31	6,03	1
Mai/96	2,08	5,91	1
Jun/96	1,57	5,92	1
Jul/96	0,76	5,58	1
Ago/96	0,01	5,56	1
Set/96	-0,35	5,23	1
Out/96	0,18	5,14	1
Nov/96	0,25	4,56	1
Dez/96	0,44	3,82	1
Jan/97	1,85	5,14	1

Fev/97	0,53	5,55	1
Mar/97	0,63	5,97	1
Abr/97	0,80	5,75	1
Mai/97	0,39	6,00	1
Jun/97	1,30	6,09	1
Jul/97	0,24	5,97	1
Ago/97	-0,27	5,95	1
Set/97	0,17	5,63	1
Out/97	0,29	5,71	1
Nov/97	0,53	5,35	1
Dez/97	0,56	4,84	1

Resultados da regressão

<i>Estatística de regressão</i>	
R múltiplo	0,75616739
R-Quadrado	0,57178912
R-quadrado ajustado	0,56258029
Erro padrão	11,5034036
Observações	96

ANOVA

	<i>gl</i>	<i>SQ</i>	<i>MQ</i>	<i>F</i>	<i>F de significação</i>
Regressão	2	16432,8866	8216,44332	62,0913562	7,4487E-18
Resíduo	93	12306,5315	132,3282953		
Total	95	28739,4181			

	<i>Coeficientes</i>	<i>Erro padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>
Interseção	41,0873398	8,11693384	5,061928634	2,0874E-06
Variável X 1	-2,67478424	1,56748238	-1,706420606	0,09126709
Variável X 2	-25,9815617	2,36716202	-10,97582739	1,8101E-18

Com base nos dados do resultado da análise econométrica entre inflação e desemprego temos que aproximadamente 57% (R^2) das variações na taxa de inflação são explicadas por variações no nível de emprego durante a década de 90 na economia brasileira. Apesar de as variações da inflação serem explicadas em mais de 50%, este número é relativamente baixo no que se refere a um teste econométrico, de forma que 43% das variações na taxa de inflação podem ser atribuídos a outros fatores, como por exemplo, a taxa cambial, a abertura comercial, etc. Este número poderia ainda ser mais baixo, caso o governo Collor não tivesse adotado uma estratégia de arrocho salarial e extremamente recessiva de combate à inflação (principalmente no Plano Collor II).

Quanto ao *f de significação* tem-se que o valor é extremamente pequeno (aproximadamente 0,000000000000000007, ou seja, 18 casas decimais após a vírgula), isto leva a crer que a probabilidade dos coeficientes serem zero é quase nula, o que de certa forma confere alguma credibilidade a regressão, é válido o mesmo tipo de raciocínio para o teste t, de forma que analisando cada coeficiente separadamente tem-se que a probabilidade de que qualquer um deles seja igual a zero é muito pequena (a exceção do coeficiente do desemprego, cujo *p-valor* se aproxima de 10%, porém vale ressaltar que o nível de significância adotado foi exatamente de 10% o que ainda confere validade para a regressão).

Podemos concluir que há outros fatores que também influenciam na taxa de variação dos preços e não somente a taxa de desemprego como as derivações da Curva de Phillips querem supor. De qualquer forma o modelo que resultou do teste econométrico foi o seguinte: $Y = 41,02 - 2,67 X_1 - 25,98 X_2$, sendo Y equivalente a taxa de inflação, X_1 é igual a taxa de desemprego e X_2 corresponde a variável dummy (simplicadamente isto que dizer que o acréscimo de "1 unidade" em desemprego significa o decréscimo de 2,67 unidades na taxa de inflação).

DADOS REFERENTES AO TESTE ECONOMETRICO ENTRE INFLAÇÃO (VARIÁVEL DEPENDENTE) E RENDIMENTO REAL (VARIÁVEL INDEPENDENTE)

período	inflação	rendimento real	dummy (inflação)
Jan/90	72,84	90,00	0
Fev/90	67,52	87,40	0
Mar/90	80,75	79,70	0
Abr/90	17,24	72,30	0
Mai/90	9,63	67,90	0
Jun/90	12,75	65,70	0
Jul/90	14,71	64,80	0
Ago/90	12,86	65,30	0
Set/90	13,12	65,20	0
Out/90	14,04	65,70	0
Nov/90	16,74	65,80	0
Dez/90	18,87	66,30	0
Jan/91	20,32	64,20	0
Fev/91	21,53	61,00	0
Mar/91	6,60	57,30	0
Abr/91	8,62	58,00	0
Mai/91	7,05	60,90	0
Jun/91	11,72	62,40	0
Jul/91	13,31	63,40	0
Ago/91	15,49	63,70	0
Set/91	16,87	63,80	0
Out/91	24,00	61,50	0
Nov/91	25,36	60,10	0
Dez/91	23,80	58,50	0
Jan/92	25,70	58,40	0
Fev/92	23,88	56,60	0
Mar/92	20,86	57,50	0
Abr/92	20,10	55,80	0
Mai/92	23,13	57,20	0
Jun/92	23,11	56,40	0
Jul/92	20,45	57,00	0
Ago/92	24,48	58,10	0
Set/92	26,13	59,50	0
Out/92	26,61	61,50	0
Nov/92	22,74	61,60	0
Dez/92	24,75	61,30	0
Jan/93	30,00	61,80	0
Fev/93	28,41	61,60	0

Mar/93	25,71	62,40	0
Abr/93	30,46	63,30	0
Mai/93	29,94	65,90	0
Jun/93	32,82	66,90	0
Jul/93	30,74	66,70	0
Ago/93	35,69	65,80	0
Set/93	35,48	66,30	0
Out/93	35,75	67,50	0
Nov/93	37,32	67,20	0
Dez/93	38,26	68,40	0
Jan/94	42,67	69,30	0
Fev/94	41,98	70,10	0
Mar/94	43,47	71,20	0
Abr/94	45,57	70,00	0
Mai/94	43,77	69,70	0
Jun/94	49,10	68,60	0
Jul/94	8,10	66,60	1
Ago/94	2,60	64,70	1
Set/94	1,46	62,40	1
Out/94	2,65	63,50	1
Nov/94	3,11	63,70	1
Dez/94	1,11	65,90	1
Jan/95	1,63	67,40	1
Fev/95	1,97	69,80	1
Mar/95	2,74	69,30	1
Abr/95	2,90	67,90	1
Mai/95	2,21	70,00	1
Jun/95	4,39	70,40	1
Jul/95	2,63	71,70	1
Ago/95	0,74	70,60	1
Set/95	0,67	71,20	1
Out/95	0,63	71,10	1
Nov/95	1,25	69,80	1
Dez/95	1,57	69,90	1
Jan/96	2,70	69,90	1
Fev/96	1,46	70,30	1
Mar/96	0,43	70,00	1
Abr/96	1,31	70,40	1
Mai/96	2,08	68,50	1
Jun/96	1,57	69,40	1
Jul/96	0,76	69,40	1
Ago/96	0,01	71,90	1
Set/96	-0,35	73,50	1
Out/96	0,18	73,70	1
Nov/96	0,25	73,50	1
Dez/96	0,44	71,50	1
Jan/97	1,85	71,00	1

Fev/97	0,53	72,10	1
Mar/97	0,63	73,20	1
Abr/97	0,80	72,40	1
Mai/97	0,39	71,50	1
Jun/97	1,30	72,90	1
Jul/97	0,24	73,60	1
Ago/97	-0,27	72,80	1
Set/97	0,17	72,70	1
Out/97	0,29	73,10	1
Nov/97	0,53	73,40	1
Dez/97	0,56	72,40	1

Resultados da regressão

Estatística de regressão	
R múltiplo	0,873028392
R-Quadrado	0,762178573
R-quadrado ajustado	0,757064134
Erro padrão	8,572806103
Observações	96

Anova

	gl	SQ	MQ	F	F de significação
Regressão	2	21904,56869	10952,28434	149,024855	9,9008E-30
Resíduo	93	6834,849417	73,49300449		
Total	95	28739,41811			

	Coefficientes	Erro padrão	Stat t	valor-P
Interseção	-66,79780954	10,62682174	-6,285774919	1,0444E-08
Variável X 1	1,457115687	0,163222204	8,927190382	3,8041E-14
Variável X 2	-34,07871808	1,979168436	-17,21870532	1,1247E-30

Pode-se perceber pelo teste econométrico no decorrer da década de 90, pode-se perceber pelo teste econométrico acima que aproximadamente 76% das variações na taxa de inflação são explicadas por variações no índice de rendimento real dos assalariados. Este valor elevado se deve em grande parte pelo fato do Plano Collor ter se utilizado de arrocho salarial como forma de combate à inflação. Isto não é observado no decorrer do Plano Real em que houve um certo crescimento do rendimento e não ocorreu inflação. Isto é devido ao fato de que os pilares do Plano Real são a elevação da taxa de juros, a abertura comercial e a sobrevalorização da moeda; é bem verdade que este conjunto de políticas acarreta desemprego, no entanto não é esta a estratégia de combate a inflação que está no núcleo do Plano Real.

Pode-se notar que tanto o *f de significação* quanto o *p-valor* (teste t) possuem valores abaixo de 10%, o que significa que há baixa probabilidade dos coeficientes serem zero, o que atribui validade à regressão.

O modelo resultante da regressão é o seguinte: $Y = -66,79 + 1,45 X_1 - 34,07 X_2$, sendo Y equivalente a taxa de inflação, X_1 igual ao índice de rendimento real e X_2 equivale a variável dummy. (O modelo nos fornece que o acréscimo de 1 unidade no índice de rendimento real leva ao acréscimo de 1,45 na taxa de inflação na economia brasileira no decorrer da década de 90).

DADOS REFERENTES AO TESTE ECONOMÉTRICO ENTRE RENDIMENTO REAL (VARIÁVEL DEPENDENTE) E DESEMPREGO (VARIÁVEL INDEPENDENTE)

período	rendimento real	desemprego
Jan/90	90,00	3,30
Fev/90	87,40	3,43
Mar/90	79,70	4,04
Abr/90	72,30	4,78
Mai/90	67,90	5,27
Jun/90	65,70	4,90
Jul/90	64,80	4,53
Ago/90	65,30	4,50
Set/90	65,20	4,25
Out/90	65,70	4,21
Nov/90	65,80	4,25
Dez/90	66,30	3,93
Jan/91	64,20	5,23
Fev/91	61,00	5,41
Mar/91	57,30	5,89
Abr/91	58,00	4,76
Mai/91	60,90	5,70
Jun/91	62,40	4,86
Jul/91	63,40	3,82
Ago/91	63,70	4,03
Set/91	63,80	4,35
Out/91	61,50	4,26
Nov/91	60,10	4,45
Dez/91	58,50	4,15
Jan/92	58,40	4,86
Fev/92	56,60	6,36
Mar/92	57,50	6,21
Abr/92	55,80	5,86
Mai/92	57,20	6,53
Jun/92	56,40	6,19
Jul/92	57,00	5,83
Ago/92	58,10	5,90
Set/92	59,50	5,74
Out/92	61,50	5,77
Nov/92	61,60	5,82
Dez/92	61,30	4,50
Jan/93	61,80	5,99

Fev/93	61,60	5,77
Mar/93	62,40	5,88
Abr/93	63,30	6,12
Mai/93	65,90	5,39
Jun/93	66,90	4,95
Jul/93	66,70	5,23
Ago/93	65,80	5,33
Set/93	66,30	5,05
Out/93	67,50	4,89
Nov/93	67,20	4,74
Dez/93	68,40	4,39
Jan/94	69,30	5,54
Fev/94	70,10	5,37
Mar/94	71,20	5,90
Abr/94	70,00	5,37
Mai/94	69,70	5,18
Jun/94	68,60	5,42
Jul/94	66,60	4,46
Ago/94	64,70	5,49
Set/94	62,40	5,05
Out/94	63,50	4,53
Nov/94	63,70	4,00
Dez/94	65,90	3,42
Jan/95	67,40	4,42
Fev/95	69,80	4,25
Mar/95	69,30	4,42
Abr/95	67,90	4,35
Mai/95	70,00	4,49
Jun/95	70,40	4,59
Jul/95	71,70	4,83
Ago/95	70,60	4,90
Set/95	71,20	5,19
Out/95	71,10	5,09
Nov/95	69,80	4,72
Dez/95	69,90	4,44
Jan/96	69,90	4,26
Fev/96	70,30	5,70
Mar/96	70,00	6,38
Abr/96	70,40	6,03
Mai/96	68,50	5,91
Jun/96	69,40	5,92
Jul/96	69,40	5,58
Ago/96	71,90	5,56
Set/96	73,50	5,23
Out/96	73,70	5,14
Nov/96	73,50	4,56
Dez/96	71,50	3,82

Jan/97	71,00	5,14
Fev/97	72,10	5,55
Mar/97	73,20	5,97
Abr/97	72,40	5,75
Mai/97	71,50	6,00
Jun/97	72,90	6,09
Jul/97	73,60	5,97
Ago/97	72,80	5,95
Set/97	72,70	5,63
Out/97	73,10	5,71
Nov/97	73,40	5,35
Dez/97	72,40	4,84

Resultados da regressão

<i>Estatística de regressão</i>	
R múltiplo	0,270105199
R-Quadrado	0,072956818
R-quadrado ajustado	0,063094657
Erro padrão	5,852959014
Observações	96

Anova

	<i>gl</i>	<i>SQ</i>	<i>MQ</i>	<i>F</i>	<i>F de significação</i>
Regressão	1	253,4222493	253,4222493	7,39764992	0,00777993
Resíduo	94	3220,170147	34,25712922		
Total	95	3473,592396			

	<i>Coefficientes</i>	<i>Erro padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>
Interseção	78,16825953	4,105830964	19,03835307	5,1081E-34
Variável X 1	-2,168758261	0,797378018	-2,719862114	0,00777993

Neste último teste econométrico não se utilizou de variável dummy dado que não houve quebra estrutural em nenhuma das variáveis. O resultado da regressão nos mostra que apenas aproximadamente 7% das variações no índice de rendimento real são explicadas por variações no desemprego. Este valor é extremamente baixo o que leva a crer que as variações no índice de rendimento real em nada podem ser explicadas por variações no desemprego, assim a própria gênese da curva de Phillips que relacionava a inflação salarial como dependente do desemprego não é válida para a economia brasileira no decorrer dos anos 90.

A regressão possui validade de modo que tanto o *f de significação* quanto o *p-valor* (teste t) detectam que a probabilidade dos coeficiente serem zero está bem abaixo dos 10% adotados como nível de significância. De qualquer forma o modelo resultante foi o seguinte: $Y = 78,16 - 2,16 X_1$, sendo Y o índice de rendimento real e X_1 a taxa de desemprego.

CONCLUSÕES

Com base em tudo que foi apresentado até o momento pode-se concluir que a Curva de Phillips e o que ela retrata não pode ser transportada à economia brasileira na década de 90. É bem verdade que há influência do rendimento real na taxa de inflação brasileira, porém não há praticamente relação alguma entre o rendimento real e taxa de desemprego (sendo este o núcleo da Curva de Phillips). A própria relação econométrica entre inflação e desemprego demonstrou que pouco mais de 50% das variações na taxa de inflação podem ser explicadas por mudanças na taxa de desemprego. Este número poderia ainda ser mais baixo caso o governo Collor não tivesse adotado uma estratégia recessiva e de arrocho salarial de combate à inflação. No transcorrer do Plano Real o que se observa é o aumento do nível de desemprego sem haver necessariamente com aumento gradual do rendimento real sem haver impactos na taxa inflacionária.

CAPÍTULO 3

PLANO CRUZADO E SEUS EFEITOS

1.1 INTRODUÇÃO

O presente capítulo tem por intuito retratar a gênese do Plano Cruzado, dando enfoque aos seus instrumentos e como foi o impacto no nível de emprego. Far-se-á constantemente uma relação paralela com o Plano Real. Ver-se-á que há diferenças entre as condições em que ambos foram feitos, de forma que o contexto em que foi feito o Plano Real é de abertura econômica devido a globalização produtiva e financeira.

O Plano Cruzado foi executado em um momento de redemocratização do país e seu sucesso era de extrema relevância para consolidar o novo regime. Inicialmente, ele teve êxito, porém no decorrer do ano de 1986 houve algumas complicações como a falta de mercadorias, de forma a levar o governo a adotar medidas contra tal efeito. O objetivo deste capítulo é estudar os efeitos destas medidas e de como foi concebido o Plano na taxa de desemprego.

1.2 PLANO CRUZADO

No segundo semestre de 1985 e no primeiro bimestre de 1986 observava-se na economia brasileira as seguintes características: 1)intensificação da produção industrial; 2)aquecimento da economia com recuperação do emprego e salários; 3)expansão do superávit comercial e das reservas internacionais; 4)impasse na renegociação da dívida externa com baixa possibilidade de entrada de novos créditos ; 5)crescimento da dívida pública interna; e 6)instabilidade inflacionária com grande variação nas taxas mês a mês, havendo uma aceleração

acentuada no segundo semestre de 1985 e comportamento muito diferenciado dos principais grupos de preços.

Neste ínterim, havia ambigüidade tanto no discurso do Presidente José Sarney quanto na formação da equipe econômica. De um lado, a Comissão do Plano de Ação do Governo (COPAG) orientava-se pelo repúdio à política de ajustamento do governo militar, propondo um programa de recuperação econômica baseado na elevação do gasto público, redução da taxa de juros e modernização do parque industrial; tal estratégia exigiria reformas no sistema financeiro e tributário, saneamento das empresas estatais e modificações significativas nos termos de negociação da dívida externa, procurando captar novos recursos e abrandar o grau de intervenção do FMI. Do outro lado estava aquele que seria o futuro Ministro da Fazenda – Dornelles – sinalizava para uma política mais conservadora.

Dornelles se tornou o Ministro da Fazenda e sua estratégia foi adotada de início. Segundo o seu diagnóstico, a inflação brasileira era resultante do déficit do setor público, porém de acordo com o seu conceito setor público englobava todo o conjunto de instituições públicas ou privadas que se relacionam direta ou indiretamente ao governo, assim o Orçamento do Setor Público seria a soma do orçamento fiscal (que se refere as receitas e despesas de órgãos da administração direta, assim os gastos governamentais e transferências fazem parte desta categoria), do orçamento monetário (que se refere às operações dos bancos oficiais, particularmente das então denominadas autoridades monetárias – Banco Central e Banco do Brasil) e do orçamento das estatais. Ele pregava que a existência de um grande déficit obrigava o setor público a recorrer a financiamentos do setor privado e, dada a insuficiência do mesmo, dever-se-ia recorrer também à emissão monetária; a entrada de papel moeda na economia levaria a um aquecimento da demanda agregada devido a criação do poder de compra adicional, de forma a não haver um contrabalanço de um aumento de produção, gerando assim uma inflação de demanda.

Com base nesta visão, o Ministro Dornelles implementou um tratamento ao processo inflacionário baseado em cortes de gastos do Setor Público e em

elevação da taxa de juros. A elevação dos juros foi decorrente da política monetária que visava o controle da liquidez. A relação entre déficit público e política monetária pode ser melhor entendida no seguinte trecho de Andrei (1989):

“As dificuldades de redução do déficit num contexto inflacionário e as resistências políticas às tentativas de cortes no crédito público e nos gastos correntes do governo inviabilizaram uma redução significativa nas necessidades de financiamento do governo. Assim, o controle da liquidez passou a ser de responsabilidade monetária, que buscou elevar de forma substancial a taxa de juros. Para reduzir o valor dos encargos da dívida interna.” (p. 07)

Entretanto, algumas conseqüências destas medidas dificultaram o controle inflacionário, pois (embora o objetivo fosse o contrário) o desequilíbrio financeiro do setor público se acentuou devido ao controle das tarifas e das elevação da taxa de juros. Este ambiente levava a expectativas de choques tarifários ou tributários, o que induzia a comportamentos defensivos por parte das empresas.

O agravamento do quadro inflacionário desembocou na substituição da equipe econômica que agora seria formada por economistas da UNICAMP e da PUC-RJ. Esta nova equipe partiu de um outro diagnóstico acerca do déficit público ao pregarem que este era de natureza eminentemente financeira, sendo resultante do grande peso das dívidas interna e externa sobre a situação financeira do conjunto das instituições ligadas ao governo. Este deveria pagar juros e correção monetária aos portadores de títulos da dívida pública em um contexto de altas taxas de juros, além de ter de dispor de grandes somas para honrar sus compromissos junto à comunidade financeira internacional devido ao fenômeno da estatização da dívida externa e do alto grau de endividamento externo por parte das empresas estatais.

Partindo deste outro diagnóstico, a nova equipe econômica realizou um ataque mais articulado ao desequilíbrio financeiro do setor público ao combinar cortes de gastos e aumento de receitas com redução da taxa de juros que diminuiria o custo do giro da dívida pública interna, além de promover o saneamento das empresas estatais e a mudança no padrão de negociação da dívida externa afastando-se ao máximo da interferência do FMI.

Após o controle do déficit público, adotaram-se medidas visando reduzir o prazo de financiamento na compra de bens, principalmente os de consumo durável. O aumento do consumo foi resultado da conjugação da melhoria dos salários com a recuperação econômica. Este crescimento poderia gerar alguma espécie de pressão inflacionária.

Além deste fatores, o governo fora forçado a tomar medidas contra o que ficou conhecido como o “choque agrícola”. Este foi resultado das seca que assolou a região Centro-sul do Brasil, de maneira que ele foi ampliado devido a inexistência de estoques reguladores que foram cortados durante a gestão Dornelles, assim o governo agiu com energia autorizando importações maciças de alimentos.

Todavia, mesmo com os três pontos de pressão inflacionária controlados (o déficit público, a demanda agregada que poderia gerar uma inflação de demanda e o choque agrícola) a inflação perdurava a uma taxa aproximada de 15% ao mês. Este fato só viria a confirmar a hipótese aceita pela equipe econômica de que a inflação brasileira possuía caráter inercial, assim as causas geralmente aceitas para explicar a inflação só serviriam para explicar a sua aceleração e não a sua origem.

A concepção de inflação inercial está associada a idéia de que a curto prazo, trabalhadores e empresas procuram manter constante sua participação na renda o que leva a projeção da inflação passada no tempo futuro. Pelo fato de a economia brasileira ser estruturalmente oligopolista neste período (1985-1986) tem-se que os preços são determinados pelas empresas líderes no mercado. Estas adotam formas de marcação de preço a partir de uma dada margem de lucro sobre os custos diretos (salários e insumos); esta margem deve cobrir os custos indiretos (administração e depreciação do capital) e os lucros líquidos do negócio. O governo tem como papel vigiar este processo de marcação para que ele não seja abusivo, porém garantindo ao menos uma taxa de lucro razoável para que as corporações não se desestimulem com preços não compensadores.

O raciocínio descrito leva a crer que os grandes oligopólios possuem o poder de repassar aos preços qualquer elevação de seus custos diretos. Desta forma ter-se-á inerente à economia um mecanismo de indexação permanente no sentido de que a elevação dos preços dos produtos de uma empresa devido à elevação de seus custos diretos se traduzirá em aumento de custos para outras empresas cujos insumos são os produtos da primeira, o que levará também ao aumento de seus preços na mesma proporção ao procurar manter o seu mark-up (taxa de lucro), assim o efeito se sucede em cadeia. Isto está mais claro em Gontijo (1987):

“Desse modo, existe, na intimidade do sistema econômico, um elemento de indexação permanente. Esse elemento faz com que uma elevação temporária de custos, quer em termos salariais, quer devido à elevação de preços de outros componentes dos custos industriais, gere um dado patamar inflacionário que se mantém definitivamente. Ou seja, quando os custos se elevam, os oligopólios transferem esta elevação para os preços de seus produtos. Ora, esses preços representam componentes de custos de outras indústrias, as quais, por sua vez, também, são induzidas a majorar seus preços através do mecanismo do mark-up. Como resultado, elevam-se os custos das outras empresas, o que as induz a novos reajustes. Assim, o processo segue indefinidamente, a não ser que as grandes corporações sejam levadas a diminuir suas margens de lucro.” (p.14).

Além disso a economia brasileira possuía indexadores formais; cada tipo de renda ou prestação era corrigido por alguma forma de indexação. Estava assegurada, portanto, a participação na renda, pois as supostas perdas com o processo inflacionário eram sempre repostas.

Partindo desta análise, os instrumentos utilizados para a edição do Plano Cruzado em 28 de fevereiro de 1986 foram os seguintes:

- a) supressão do cruzeiro e criação de nova moeda – o cruzado;
- b) término da correção monetária em aplicações financeiras com prazo inferior um ano, exceto para os depósitos em caderneta de poupança, depósito do PIS/PASEP e do FGTS;
- c) fixação, em termos práticos, da paridade fixa do câmbio;

- d) reajustamento geral dos salários e adoção de nova política salarial;
- e) reajuste dos aluguéis , prestações do SFH (Sistema de Financiamento de Habitação) e do saldo devedor dos seus mutuários;
- f) congelamento geral de preços.

Nota-se claramente em Gontijo (1987) qual era o objetivo ao se utilizar destes instrumentos :

“Como se conclui tratou-se, em síntese, de desindexar a economia de forma generalizada, quase absoluta. Desse modo, os títulos financeiros perderam parcialmente sua correção monetária, os saques perderam parcialmente sua correção automática, a taxa de câmbio deixou de ser corrigida diariamente pela taxa de inflação, assim como obstruiu-se o reajuste dos preços dos bens e serviços a partir das regras do mark-up.” (p.21 e 22).

Além destes instrumentos, o governo também procurou melhorar o padrão de financiamento do setor público e reduzir o impacto da queda da inflação sobre a rentabilidade das instituições financeiras, assim as autoridades decidiram reduzir os custos dos créditos de liquidez para os bancos, diminuir as exigibilidades, flexibilizar o recolhimento do compulsório e estabelecer tarifas para os serviços bancários.

No tocante a política salarial, procurou-se preservar o poder de compra médio dos salários prevalecente nos últimos seis meses. Sobre esta média foi concedido um abono de 8% para todas as categorias e 15% para o salário mínimo. De certa maneira, houve perda para os trabalhadores, dado que os salários fora convertido pela média e não pelo pico como o era quando havia indexação. Adotou-se também o conceito de escala móvel que se referia ao fato de que toda vez que a inflação acumulada entre o último reajuste e o mês em questão ultrapassasse 20% seria concedido um ajuste que recompusesse o poder de compra dos salários do último reajuste das categorias. Também data desta época a criação do seguro desemprego que pode ser considerado como uma modificação de profundidade na relações trabalhistas.

As políticas monetária e fiscal não possuíam objetivos pré-determinados. Quanto à política monetária, o propósito geral era permitir a rápida monetização,

manter a liquidez elevada e os juros baixos para estimular os investimentos. No tocante à política fiscal, ela deveria ser (e de fato foi) expansionista para evitar expectativas de recessão, os gastos com subsídios e renúncia fiscal foram incrementados para atenuar a especulação e o desabastecimento.

Devido a facilidade de crédito com taxas de juros mais baixas (em virtude da redução dos custos creditícios para os bancos por parte das autoridades monetárias) e a expansão da renda disponível dos assalariados devido a redução do Imposto de Renda na fonte (segundo dados da FIESP, no 1º semestre de 1986 o total de salários cresceu 27,6% e o salário real médio cresceu 17% em relação ao mesmo período no ano anterior), observou-se o aumento das vendas do comércio e o crescimento da produção industrial. Por causa deste fenômeno é que não houve desemprego, muito pelo contrário, ele até diminuiu, pois a economia praticamente operou na sua capacidade máxima (até a criação do seguro desemprego contribuiu para a manutenção do consumo dado que mesmo desempregado, o indivíduo continuava possuindo renda o que contribuía para manter o nível de atividade da economia). O grande aumento de consumo gerou desabastecimento que era quase que totalmente acompanhado de cobrança de ágio. Em Chahad (1986), o raciocínio quanto a este fenômeno no mercado de trabalho pode ser sintetizado pelo seguinte trecho:

“(.....). Hoje, as informações disponíveis dão conta de que o crescimento se ampliou, acentuado por uma vigorosa expansão do comércio – fruto da queda da inflação, que tornou eufóricos os consumidores brasileiros. A essa euforia junta-se a indefinição do governo quanto às cadernetas de poupança, o que conduziu a saques indiscriminados por parte dos depositantes. Ademais, temos a elevação da renda pessoal disponível, que, associada à recuperação salarial do ano passado, determinam, entre outros fatores, a rápida expansão do nível de emprego, fazendo desabar o temor recessivo que persistia no período imediatamente posterior a reforma.(.....)”. (p.259).

Este crescimento de consumo também ocorreu no início do Plano Real, no entanto a demanda era atendida com importações e não com produção interna o que afetou negativamente o nível de emprego da economia brasileira.

Houve algumas medidas visando conter a demanda agregada para desquerer a economia, no entanto existiu a preocupação com a retomada dos investimentos (como foi a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento), assim o desemprego não aumentaria. A preocupação com a contenção da demanda agregada se deu em virtude da situação da balança comercial e da pressão inflacionária que ela poderia causar dado que o desabastecimento era acompanhado de ágio.

Devido a deterioração da balança comercial, em outubro de 1986 houve a primeira desvalorização da moeda no decorrer do Plano, porém isto não afetaria o nível de emprego de maneira drástica dado que o que era destinado ao consumo interno seria agora vendido ao exterior, assim os empregos continuavam preservados mesmo com a queda de demanda agregada interna frente a medidas como: empréstimos compulsórios sobre compra de automóveis, gasolina, álcool, viagens ao exterior e dólares para turismo, além de medidas que acarretaram elevação de preços.

No final de 1986, com a edição do Cruzado II frente ao deterioramento da economia brasileira, os trabalhadores acumularam algumas perdas, pois se procurou diminuir os impactos do gatilho salarial quando era acionado; a mudança é que o reajuste fora limitado a somente 20% (e não mais a recomposição do poder de compra dos salários do último reajuste), mesmo que a variação acumulada do IPC (Índice de Preços ao Consumidor) fosse superior a este valor. O índice inflacionário que seria usado para o reajuste salarial seria o IPC restrito , no qual não estavam incluídos – ou possuíam menor peso – os produtos que acabavam de ser majorados como remédios (aumento de 10%), automóveis novos (80%), cigarros (entre 45 e 120%) e bebidas (100%).

Mesmo com todos estes fatos, o resultado final dos efeitos do Plano Cruzado no mercado de trabalho não foram desastrosos como de fato se deu no Plano Real.

Durante o Plano Cruzado, o nível de emprego industrial cresceu 9,1%* no primeiro semestre de 1986 relativamente ao mesmo período no ano anterior. Essa

* Dados da FIESP

expansão é acompanhada do crescimento das horas trabalhadas, elas elevaram-se de 9,8%* em junho de 1986 sobre o mesmo mês do ano anterior e 9,8%* no primeiro semestre do ano analisado (1986). Esses números refletem o forte crescimento industrial no período. De fato a elevação do nível de emprego se fez de maneira mais marcante entre trabalhadores diretamente ligados ao processo produtivo onde o emprego cresceu 11,4%* no primeiro semestre de 1986 contra 9,1%* do total de trabalhadores.

O crescimento do emprego provocou escassez de mão – de – obra, principalmente em ocupações administrativas e operacionais o que contribuiu para a elevação dos salários. Em Chahad (1986) isto é perceptível na seguinte passagem:

“Dados do SINE revelam uma escassez em ocupações administrativas e operacionais, notadamente nos setores de marcenaria, mecânica, têxtil, plásticos e construção civil. Um indício deste fenômeno pode ser constatado pela observação do quadro contendo uma comparação entre os salários oferecidos pelas empresas para conseguir trabalhadores. (.....). No espaço de três meses os salários oferecidos cresceram mais do que 60,0% em média.” (p.262).

Em outro texto de Chahad (1986) pode-se fazer um paralelo desta afirmação com a rotatividade do emprego:

“Quanto a rotatividade, parece inquestionável que a mesma está-se se elevando notadamente por iniciativa dos trabalhadores. Num contexto marcado por escassez de mão – de – obra e salários em ascensão, os trabalhadores sentem-se mais seguros em mudar de emprego na busca, inclusive, de ocupações que melhor se enquadrem em suas aspirações profissionais.”(p.270).

Assim, nota-se que mesmo a rotatividade (que, geralmente, é consequência de uma visão empresarial de corte de custos ao dispensar um trabalhador e contratar outro a um salário menor), durante o Plano Cruzado foi decorrência de iniciativa dos trabalhadores em virtude do bom contexto em que estava o mercado de trabalho.

* Dados FIESP

Outra característica do processo de elevação do nível de emprego é que o mesmo se dá nos setores formais da economia. Os dados do IBGE através da Pesquisa Mensal de Emprego revelam que o número de trabalhadores com carteira assinada elevou-se de 55% para 57% do total de trabalhadores empregados durante o decorrer do Plano Cruzado, o que demonstra que os trabalhadores desfrutaram de melhores condições de vida ao se associar melhores condições de trabalho, salários reais mais elevados e maior acesso aos serviços de previdência social.

Pode-se concluir que há diferenças tamanhas entre o Plano Real e o Plano Cruzado. Neste último, houve queda da inflação sem prejudicar o mercado de trabalho e o nível de emprego, muito pelo contrário, como já fora descrito nos parágrafos anteriores, o desemprego diminuiu e os salários reais aumentaram. Já com o Plano Real, os efeitos foram exatamente o contrário, ou seja, embora tenha ocorrido um certo ganho de salário real como mostra a evolução do rendimento médio real dos assalariados, o nível de desemprego aumentou devido ao instrumental utilizado para extinguir a inflação.

As medidas utilizadas para acabar com a inflação no Plano Cruzado não prejudicaram o mercado de trabalho. Houve uma certa preocupação quanto ao mercado interno, mesmo a desvalorização da moeda em outubro de 1986 que deslocaria parte da produção para atender ao mercado externo não afetou drasticamente o nível de emprego dado que o nível de atividade se manteria. Não foi um Plano de Estabilização ancorado na abertura externa como ocorreu inicialmente com o Plano Collor e depois de forma mais exacerbada com o Plano Real, além do que não se utilizou de ajuste recessivo como forma de combate à inflação.

No que se refere ao Plano Real, observa-se que os instrumentos utilizados para combater a inflação prejudicaram o mercado de trabalho, pois elevaram o desemprego. A estratégia foi respaldada em sua maior parte no mercado externo o que aumentou a vulnerabilidade da economia brasileira frente a qualquer choque no exterior. A taxa de câmbio constantemente valorizada deteriora a balança comercial, pois fomenta importações e desestimula exportações, isto aliado a

grande abertura comercial cuja base foi a queda das tarifas alfandegárias teve como resultado a desindustrialização brasileira, pois a demanda passou a ser atendida maciçamente por mercadorias importadas, pois a estratégia era que com o aumento da concorrência haveria o fim da inflação. A crescente vulnerabilidade da economia brasileira frente a qualquer choque externo, leva a constante elevação da taxa de juros, o que desestimula ainda mais o investimento interno, de forma a atrair somente capital externo especulativo. Houve queda da inflação, no entanto, a indústria que era o carro chefe da economia na geração de empregos acabou perdendo seu posto (até no Plano Cruzado, a maior geração de empregos – como já foi mencionado – foi no ramo industrial) para o setor de serviços que foi o responsável pelos poucos empregos gerados. Nota-se ainda que no decorrer do Plano Real há uma crescente informalização do mercado de trabalho enquanto que no Plano Cruzado o que se observou foi exatamente o contrário, ou seja, aumento de empregos com formalização do mercado de trabalho.

CONCLUSÕES FINAIS

A economia brasileira passou por dois planos de estabilização no decorrer da década de 90. O primeiro deles foi o Plano Collor e o segundo é conhecido como o Plano Real. Em ambos, embora por razões diferentes, houve impactos no nível de emprego.

Pode-se observar que a queda da inflação não foi decorrente de um aumento do desemprego, ou seja, ao se testar as relações econométricas observou-se que o aumento do desemprego (ao menos na economia brasileira no decorrer desta década) não se traduz em diminuição da taxa de inflação. O único momento em que há uma relação direta entre ambas é na segunda fase do Plano Collor em que se utilizou de ajuste recessivo e arrocho salarial.

As relações econométricas demonstraram que a variação dos rendimentos explica em grande proporção a variação da taxa inflacionária, no entanto estes mesmo rendimentos não podem ser explicados por variações na taxa de desemprego, sendo este o núcleo da derivação da Curva de Phillips que relaciona desemprego e inflação, sendo esta última variável derivada da variação salarial.

Durante a referida década se observa aumento do desemprego e redução da inflação, no entanto não há uma relação de causalidade entre ambos. Nota-se que há esta relação inversa entre as variáveis devido ao instrumental macroeconômico utilizado como forma de combate a inflação.

Tanto o Plano Collor quanto o Plano Real se utilizaram da abertura econômica externa como forma de aumentar a concorrência e diminuir os preços. Isto, no entanto, principalmente no Plano Real casou perda de produção interna, ou melhor, a demanda agregada interna passou a ser suprida quase que totalmente por produtos importados e não por capacidade produtiva intrínseca a economia brasileira.

Durante o governo Collor, o confisco dos ativos levou a redução do nível de atividade o que também influiu no nível de emprego. Iniciaram-se as privatizações, de forma a controlar o gasto público, principalmente pós Plano Real, como uma forma de conferir maior confiabilidade frente ao mercado internacional. O déficit

público poderia ser uma variável utilizada como forma de fomento do nível de atividade e consequentemente do nível de emprego.

Quando se compara as conseqüências e os instrumentos destes planos com relação ao Plano Cruzado que fora elaborado na década de 80 (1986) tem-se que pelo fato de não estar ancorado na abertura comercial e possuir uma estratégia diferente de combate a inflação com redução da taxa de juros e congelamento de preços e salários, o impacto no mercado de trabalho foi positivo, pois houve diminuição do desemprego devido a utilização máxima da capacidade produtiva frente a evolução desenfreada da demanda interna e aumento dos salários reais.

Ao se analisar o Plano Collor observa-se que houve redução do salário real o que explicita a sua estratégia de arrocho para combater o aumento da inflação; isto porém já não ocorre no Plano Real em que se observa crescimento do salário real.

Outro ponto que deve ser levado em consideração é a desestruturação do mercado brasileiro que teve início na década de 80 e que se mostra mais visível na década de 90. No decorrer desta última, nota-se um movimento de desassalariamento decorrido, principalmente pela queda dos empregos com registro. Observa-se aumento, principalmente pós Plano Real, da geração das ocupações no setor terciário porém em seu âmbito não-organizado, ou seja, aquele cujas atividades não assumem diretamente a forma de produção capitalista, sendo mais heterogêneas; são exemplos destes tipos de atividades: atividades mercantis simples em que não são aplicadas os princípios do assalariamento (como por exemplo empresas familiares) e prestadores de serviços (trabalho a domicílio, engraxates, vendedores ambulantes, etc). isto faz com que o mercado de trabalho brasileiro possua dinâmica diferente da dos países desenvolvidos, de forma que

Pode-se concluir que não há uma relação direta de causalidade entre inflação e desemprego na economia brasileira no decorrer da década de 90 em que se observa dois planos de estabilização, mas sim que o desemprego aumentou em decorrência do instrumental macroeconômico (embora tenha sido

diferente para ambos os planos) para combater a inflação. A comparação com o Plano Cruzado denota este fato, de forma que explicita que nem sempre há obrigatoriedade entre se optar entre taxa de desemprego menor com maior taxa de inflação ou vice versa; o Plano Cruzado demonstrou que é possível haver baixa inflação e baixo desemprego (durante o ano de 1986, a taxa desemprego possuiu trajetória descendente, apresentando o patamar de 4,18% em janeiro, 3,60% em julho e somente 2,16% em dezembro), pois depende somente do instrumental macroeconômico a ser utilizado de acordo com o contexto vigente.

BIBLIOGRAFIA

- AMADEO, Edward J., CAMARGO, José Márcio (1991). Mercado de trabalho e dança distributiva. in Revista de Economia Política. v.11, nº 3(43), jul./set. p. 13-28.
- BACHA, Edmar L (1997) Plano Real: uma segunda avaliação. in O Plano Real e outras experiências internacionais de estabilização. Brasília: IPEA/CEPAL.
- BOLETIM CONJUNTURAL / IPEA. Rio de Janeiro : IPEA, junho/90
- BOLETIM CONJUNTURAL / IPEA. Rio de Janeiro : IPEA, abril/93
- BOLETIM CONJUNTURAL / IPEA. Rio de Janeiro : IPEA, julho/98
- BROOMAN, F. Macroeconomia 6.ed.; tradução de Waltensir Dutra, Maria José Monteiro e Sérgio Goes de Paula, revisão técnica: Isaac Kerstenetzky. Zahar editores, Rio de Janeiro.
- CACCIAMALI, Maria Cristina (1995). Mercado de trabalho no Brasil na década de 1990: menos empregos mais política pública. in O Plano Real e o futuro da economia / João Paulo dos Reis Velloso (coordenador) - Rio de Janeiro: José Olympio,.
- CAMARGO, J.M. (1990) Salários e negociações coletivas Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro: IPEA, v.20, n.2, agosto
- CHAHAD, José Paulo Zeetano (1986). Consequências do "pacote" sobre o nível de emprego. in O Plano Cruzado na visão de economistas da USP / Carlos Alberto Primo Braga, Joaquim Elói Cirne de Toledo, José Paulo Zeetano Chahad, Juarez Alexandre Baldini Rizzieri, Luiz Carlos Pereira de Carvalho (organizadores) – São Paulo: Pioneira.
- CHAHAD, José Paulo Zeetano (1986). Escassez setorial. in O Plano Cruzado na visão de economistas da USP / Carlos Alberto Primo Braga, Joaquim Elói Cirne de Toledo, José Paulo Zeetano Chahad, Juarez Alexandre Baldini Rizzieri, Luiz Carlos Pereira de Carvalho (organizadores) – São Paulo: Pioneira.

- CHAHAD, José Paulo Zeetano (1986). Da euforia a inquietação. in O Plano Cruzado na visão de economistas da USP / Carlos Alberto Primo Braga, Joaquim Elói Cirne de Toledo, José Paulo Zeetano Chahad, Juarez Alexandre Baldini Rizzieri, Luiz Carlos Pereira de Carvalho (organizadores) – São Paulo: Pioneira.
- COUTINHO, Luciano. (1997) O desempenho da indústria sob o Real. in: O Brasil pós-Real / Aloízio Mercadante (coordenador) - Campinas, SP: UNICAMP. IE.,
- DEDECCA, Cláudio S. Desemprego e regulação no Brasil hoje cadernos do Cesit Campinas: Unicamp, nº 20, agosto 1996
- DORNBUSCH, R. (1991) Macroeconomia. 2.ed.; tradução e revisão técnica Roberto Luís Troster. São Paulo: Mc Graw Hill,
- FRANCO, Gustavo H. B.(1995) O Plano Real e outros ensaios Rio de Janeiro: Francisco Alves
- GONTIJO, Cláudio.(1987) O plano de estabilização e a economia brasileira: aspectos gerais. in: Plano Cruzado ataque e defesa / Paulo Paiva (coordenador) – Rio de Janeiro: Forense - Universitária
- HOFFMANN, M.P. , BRANDÃO, S.M.C.(1996) Medição de emprego: recomendações da OIT e práticas nacionais cadernos do Cesit Campinas: Unicamp, nº22, novembro de 1996
- HOFFMANN, Rodolfo., VIEIRA, Sônia.(1977) Análise de regressão: uma introdução à econometria. São Paulo: Hucitec
- LEITE, José Alfredo A.(1994) Macroeconomia: teoria, modelos e instrumentos de política econômica. São Paulo: Atlas
- MATTOSO, J.E.L. , BALTAR, P.E.A. (1996) Transformações estruturais e emprego nos anos 90. cadernos do Cesit Campinas: Unicamp, nº21 outubro
- CARVALHO, Carlos Eduardo Ferreira de. (1996). O bloqueio de liquidez e estabilização. O fracasso do Plano Collor . Tese (doutoramento em economia) Universidade Estadual de Campinas.
- OLIVEIRA, Fabrício Augusto de (1991). A política econômica da recessão. in: A economia brasileira em preto e branco. Campinas: Hucitec

O PLANO Cruzado. in: ANDREI, Cristian (1989). Ajustamento e estabilização no Brasil nos anos oitenta: um balanço das tentativas, de seus resultados e de suas conseqüências imediatas e para os anos noventa. CEBRAP: (S.L.) orientação: Antônio Kandir.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser (1991) Os tempos heróicos de Collor e Zélia: aventuras da modernidade e desventuras da ortodoxia .São Paulo : Nobel

Relatório Econômico: Plano Real Andima, 1994